



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA: 18 de novembro de 2012

NÍVEL SUPERIOR

Cargo: TÉCNICO - CONTADOR

Nome do Candidato: _____
Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição, cartão-resposta e formulário de redação. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas, e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
- Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 70 (setenta) questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, 10 de Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e 40 de Conhecimentos Específicos e Prova de Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).
- Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 70.
- Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
- É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
- A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DE REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
- A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
- Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
- O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
- O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
- O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, o CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DE REDAÇÃO.
- Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Ministério Público do Estado do Pará o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos nos Editais do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de **01** a **07**.

1 O JEITINHO BRASILEIRO expressa duas características. A positiva é a capacidade de
2 adaptação em diferentes situações. Isso dá ao país uma flexibilidade política e uma capacidade
3 de inovação invejáveis. O lado negativo é uma ambigüidade em relação às regras. Isso afeta o
4 sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras
5 formais do jogo político.

6 Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que
7 privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público. Essa
8 é a dimensão do comportamento brasileiro que mais propicia a corrupção. Percorremos um
9 importante caminho até considerar essas práticas negativas para o sistema político, mas ainda
10 não conseguimos superá-las.

11 Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.
12 Não existe método para classificá-la internacionalmente. Ela varia de acordo com a liberdade de
13 imprensa e das instituições democráticas de cada país. Os índices, principalmente o da
14 Transparência Internacional, não consideram essas dimensões. Então, vemos países com
15 ótimas performances comparativas, mas sem mecanismos democráticos, como a Malásia.
16 Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de “roubo, mas faço”. Mas esse sistema
17 político se deslegitima quando a opinião pública percebe que ele não consegue tratar da
18 corrupção no seu interior.

19 O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la. O combate está muito
20 concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal. Já a mídia não tem um papel
21 muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes. Poderia ser mais
22 transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior
23 sobre o Judiciário para que as punições ocorram.

Resposta de Leonardo Avritzer ao questionamento “O jeitinho brasileiro é uma forma de corrupção?”, publicada na
Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, de março de 2009.

- 01.** Ao posicionar-se sobre o comportamento político no Brasil, a tese defendida pelo autor do texto é:
(A) o jeitinho brasileiro propicia a corrupção, mas permite ao país certa flexibilidade política.
(B) embora o jeitinho brasileiro permita ao país certa flexibilidade política, esse tipo de comportamento propicia a corrupção.
(C) o jeitinho brasileiro permite ao país certa flexibilidade política, apesar de esse tipo de comportamento propiciar a corrupção.
(D) mesmo que o jeitinho brasileiro propicie a corrupção, esse tipo de comportamento permite ao país certa flexibilidade política.
- 02.** No trecho “O lado negativo é uma ambigüidade em relação às regras.” (linha 3), a palavra em destaque expressa uma postura do brasileiro em relação às regras do jogo político que se pode julgar como
(A) renovada.
(B) vacilante.
(C) indiferente.
(D) hostil.
- 03.** O trecho em que o autor expressa uma avaliação positiva em relação ao comportamento político no Brasil é
(A) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
(B) “Hoje, o Brasil está distante de aceitar uma postura de ‘roubo, mas faço’.” (linha 16).
(C) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
(D) “O combate está muito concentrado no Executivo, especialmente na Polícia Federal.” (linhas 19 e 20).

- 04.** Na expressão “familismo amoral”, a palavra em destaque, formada pelo sufixo “-ismo”, designa um(uma)
- (A) corrente de pensamento, tal qual a palavra “marxismo”.
 - (B) estilo artístico, tal qual a palavra “romantismo”.
 - (C) conduta ideológica, tal qual a palavra “machismo”.
 - (D) terminologia científica, tal qual a palavra “alcoolismo”.
- 05.** O período em que a ausência de um complemento nominal compromete o entendimento do texto é
- (A) “A positiva é a capacidade de adaptação em diferentes situações.” (linhas 1 e 2).
 - (B) “Isso afeta o sistema político e as instituições, que por vezes operam com um certo desprezo pelas regras formais do jogo político.” (linhas 3 a 5).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “Poderia ser mais transparente, acompanhar exaustivamente toda a tramitação e exercer uma pressão maior sobre o Judiciário para que as punições ocorram.” (linhas 21 a 23).
- 06.** O período em que um pronome demonstrativo substitui, no texto, um constituinte oracional para evitar a repetição é
- (A) “Esta flexibilidade também está ligada ao “familismo amoral”, um padrão moral que privilegia as relações familiares e permite um desrespeito às regras daquilo que é público.” (linhas 6 e 7).
 - (B) “Corrupção depende da percepção, já que quem é corrupto não o admite publicamente.” (linha 11).
 - (C) “Os índices, principalmente o da Transparência Internacional, não consideram essas dimensões.” (linhas 13 e 14).
 - (D) “O grande problema não é perceber a corrupção, mas puni-la.” (linha 19).
- 07.** No trecho “Já a mídia não tem um papel muito claro. Ela prefere novos casos a seguir até o final os já existentes.” (linhas 20 e 21), o conectivo que pode ser utilizado para articular os dois períodos é
- (A) pois.
 - (B) contudo.
 - (C) portanto.
 - (D) quando.

RASCUNHO

Leia o texto abaixo para responder às questões de **08** a **10**.

Corrupcionário

- 1 Por sua natureza fugitiva, a corrupção atende por vários nomes. Engana-se quem pensa
2 que ela é jovem e brasileira. Confira abaixo um pequeno apanhado de termos ligados à
3 corrupção em outras épocas e em outros países.
- 4 **Colarinho branco** – Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland,
5 que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais. Na contramão
6 de teorias de seu tempo, Edwin desvinculou criminalidade e pobreza. Não faltaram motivos: em
7 um estudo sobre setenta grandes empresas, encontrou um total de 980 faltas perante a lei.
- 8 **Escroquerie** – O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter
9 ganhos prejudicando terceiros. Está muito ligado ao universo financeiro e é a origem da palavra
10 brasileira “escroque”, que tem significado semelhante.
- 11 **Santo Unhate** – Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos
12 de autoridades coloniais. O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para
13 denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e
14 enriquecia de maneira desonesta.

Excerto extraído da Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 42, março de 2009.

- 08.** Os comentários que seguem os verbetes listados no texto “Corrupcionário” servem à
- (A) criação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (B) correção das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (C) avaliação das palavras e expressões que se referem à corrupção.
 - (D) contextualização das palavras e expressões que se referem à corrupção.
- 09.** Com base no comentário que segue o verbete “Colarinho branco”, infere-se que o sociólogo Edwin Sutherland rejeita a tese de que
- (A) a pobreza seja a causa da criminalidade.
 - (B) a criminalidade seja proporcional à pobreza.
 - (C) a pobreza seja consequência da criminalidade.
 - (D) a criminalidade seja comparável à pobreza.
- 10.** O trecho em que falta uma vírgula para demarcar os limites de uma oração explicativa é
- (A) “Expressão criada pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland, que ganhou destaque por pesquisar delitos de pessoas de altas posições sociais.” (linhas 4 e 5).
 - (B) “O termo francês designa a utilização de meios fraudulentos para obter ganhos prejudicando terceiros.” (linhas 8 e 9).
 - (C) “Da pena de Gregório de Matos saíram críticas ácidas aos desmandos de autoridades coloniais.” (linhas 11 e 12).
 - (D) “O santo cujo nome vinha de “unhar”, quer dizer, roubar, foi criado para denunciar o português que chegava à Colônia “saltando no cais descalço, roto e despido”, e enriquecia de maneira desonesta.” (linhas 12 a 14).

RASCUNHO

**REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ**

11. O serviço extraordinário será pago com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, não podendo exceder ao limite de _____, salvo para os servidores integrantes de categorias funcionais com horários diferenciados em legislação própria.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) 40 (quarenta) horas mensais.
- (B) 60 (sessenta) horas anuais.
- (C) 60 (sessenta) horas semestrais.
- (D) 60 (sessenta) horas mensais.

12. Ao titular de cargo para cujo exercício a lei exija habilitação correspondente à conclusão do grau universitário, a gratificação de escolaridade calculada sobre o vencimento será devida na quantia correspondente a

- (A) 80% (oitenta por cento).
- (B) 20% (vinte por cento).
- (C) 40% (quarenta por cento).
- (D) 70% (setenta por cento).

13. É vedado ao servidor:

- (A) facilitar revelação ou deixar de revelar fato de que tem ciência em razão do cargo, por alegação de que deve permanecer em sigilo.
- (B) deixar de comparecer ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias consecutivos ou alternados.
- (C) participar da gerência ou administração de associação ou sociedade subvencionada pelo Estado, inclusive as consideradas entidades comunitárias e associação profissional ou sindicato.
- (D) participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil; ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

14. A contribuição previdenciária do servidor público incidirá sobre a remuneração

- (A) líquida do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (B) total do servidor, exceto salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.
- (C) total do servidor, exceto salário-família, sem repercussão em benefícios.
- (D) total do servidor, incluindo o salário-família, com a conseqüente repercussão em benefícios.

15. As penas disciplinares serão aplicadas através de _____, no caso de demissão, destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) portaria.
- (B) ato judiciário.
- (C) decreto.
- (D) processo administrativo.

16. No inquérito, o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo,

- (A) não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- (B) sendo uma prerrogativa da testemunha trazê-lo por escrito.
- (C) sendo obrigatório à testemunha juntá-lo por escrito ao processo.
- (D) podendo também ser entregue por escrito pela testemunha.

17. Promoção é a progressão funcional do servidor _____ a uma posição que lhe assegure maior _____, dentro da mesma categoria funcional, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) em estágio probatório, vencimento base, cumulativamente.
- (B) estável, vencimento bruto, alternadamente.
- (C) estável, vencimento base, alternadamente.
- (D) em estágio probatório, vencimento bruto, cumulativamente.

18. No período de _____ antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento do sistema de carreira.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) pelo menos cinco meses.
- (B) quatro meses.
- (C) dois meses.
- (D) seis meses.

19. O servidor será aposentado:

- (A) compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- (B) por invalidez permanente, com proventos proporcionais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, ou doença grave ou incurável especificada em lei
- (C) voluntariamente aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo
- (D) compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se mulher, e aos 60 (sessenta), se homem, com proventos proporcionais ao tempo de serviço

20. Na aprovação em concurso público, caso ocorra empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do Estado, decidir-se-á em favor do

- (A) servidor federal.
- (B) mais qualificado.
- (C) que tiver obtido maior nota na prova de títulos.
- (D) mais idoso.

RASCUNHO

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

21. Constitui órgão auxiliar do Ministério Público:

- (A) o Conselho Superior do Ministério Público.
- (B) o Procurador-Geral de Justiça.
- (C) o Centro de Apoio Operacional.
- (D) os Procuradores de Justiça.

22. Constitui vedação imposta ao membro do Ministério Público:

- (A) o exercício da função do magistério, independente de prévia autorização, já que referido acúmulo de atividades constitui prerrogativa constitucional.
- (B) as funções não remuneradas exercidas em curso ou escola mantidas por associação de classe ou fundações a ela vinculadas estatutariamente.
- (C) as atividades exercidas em entidades de representação de classe.
- (D) o exercício da função do magistério, desde que autorizado pelo Conselho Superior, conforme seu Regimento Interno.

23. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para garantia de _____, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de férias e licenças previstas em Lei Complementar.

- A expressão que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) irredutibilidade de subsídios.
- (B) inamovibilidade.
- (C) vitaliciedade.
- (D) promoção por merecimento.

24. Após cada _____ ininterrupto de efetivo exercício, o membro do Ministério Público fará jus à licença-prêmio de _____, sem prejuízo do subsídio.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) triênio, sessenta dias.
- (B) triênio, trinta dias.
- (C) quinquênio, trinta dias.
- (D) quinquênio, sessenta dias.

25. Sobre a remoção voluntária, é correto afirmar que

- (A) as vagas decorrentes desse tipo de remoção poderão ser objeto de novo concurso.
- (B) dar-se-á remoção voluntária a candidato que tiver sido promovido ou removido há menos de seis meses.
- (C) essa remoção se dará sempre de um para outro cargo de igual entrância ou categoria.
- (D) dar-se-á remoção por antiguidade ao membro do Ministério Público que tiver sido removido por permuta nos últimos vinte e quatro meses.

26. Sobre o Colégio de Procuradores de Justiça, é correto afirmar que

- (A) poderá instituir comissões temáticas, permanentes ou temporárias, compostas por cinco de seus membros, sob a presidência do mais antigo deles na carreira do Ministério Público.
- (B) reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou por iniciativa de um terço de seus membros.
- (C) suas sessões instalam-se com a presença da maioria relativa de seus membros, não considerados, para o efeito de quorum, os que estiverem em gozo de férias, licença, ou, por qualquer outro motivo, afastados das funções ou da carreira.
- (D) em cada exercício, a falta injustificada do Procurador de Justiça a três sessões consecutivas ou a cinco sessões alternadas, incluindo as solenes, importa na suspensão automática de suas atribuições perante o colegiado pelo período de trinta dias.

27. A prescrição da punibilidade da infração disciplinar ocorre

- (A) em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (B) em dois anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (C) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.
- (D) em dois anos, se a infração for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria; em cinco anos, se a infração não for sujeita às penas de perda do cargo ou de cassação da aposentadoria.

28. Constitui procedimento disciplinar preliminar (PDP) a sindicância, de caráter _____, instaurada mediante _____, quando o ato ou fato a ser apurado for, de início, indeterminado, _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.
- (B) investigatório, portaria do Corregedor-Geral do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (C) investigatório, denúncia de qualquer promotor de justiça do Ministério Público, sendo vedado o conhecimento oficioso do processo.
- (D) investigatório, resolução do Colégio de Procuradores do Ministério Público, ou quando deles tomar conhecimento oficiosamente.

29. O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo _____ dentre os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça com mais de _____ anos de idade, mediante lista tríplice elaborada na forma de Lei Complementar para mandato de _____, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, um ano.
- (B) Chefe do poder executivo, vinte e um, dois anos.
- (C) Chefe do poder executivo, trinta e cinco, dois anos.
- (D) Chefe do poder executivo, sessenta, um ano.

30. O(A) _____, órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público, é constituído pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros _____, e por mais um sexto dos Procuradores de Justiça, como membros _____.

- As expressões que completam corretamente as lacunas acima são, respectivamente,

- (A) Conselho Superior, efetivos, natos.
- (B) Corregedoria-Geral do Ministério Público, efetivos, natos.
- (C) Corregedoria-Geral do Ministério Público, natos, efetivos.
- (D) Conselho Superior, natos, efetivos.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. As Demonstrações Contábeis preparadas sobre a égide da Estrutura Conceitual da contabilidade objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões e avaliações a usuários

- (A) internos.
- (B) do fisco.
- (C) em geral.
- (D) financiadores.

32. Determinada entidade vendeu um ativo para terceiro e o documento de venda indica a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, existe acordo que assegura que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará, depois de um certo tempo, por valor próximo ao vendido, acrescido de juros de mercado durante esse período. Nessas circunstâncias, contabilizar a venda não representa adequadamente a transação. Esse raciocínio está de acordo com a característica qualitativa das demonstrações contábeis e denominada

- (A) compreensibilidade.
- (B) relevância.
- (C) confiabilidade.
- (D) primazia da essência sobre a forma.

33. Pressuposto básico da contabilidade que presume que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem de reduzir de maneira significativa suas operações. Se essas necessidades ou intenções existirem, as demonstrações contábeis deverão ser preparadas em bases diferentes e essas bases divulgadas. Trata-se da

- (A) Compreensibilidade.
- (B) Continuidade.
- (C) Relevância.
- (D) Representação adequada.

34. Diversas bases de mensuração são empregadas em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. A base de mensuração que expressa que os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço denomina-se

- (A) Custo histórico.
- (B) Custo corrente.
- (C) Valor de liquidação.
- (D) Valor presente.

35. Se determinada empresa possui saldos de contas mantidas em bancos que estão em liquidação ou sob a intervenção do Banco Central do Brasil, o tratamento contábil correto é

- (A) classificá-los como equivalente de caixa, no subgrupo disponível.
- (B) mesmo que o valor seja significativo, não necessariamente formular nota explicativa a esse respeito.
- (C) classificá-los como contas a receber no ativo circulante ou realizável a longo prazo – ativo não circulante, dependendo da situação específica.
- (D) não necessariamente efetuar adequada estimativa para possíveis perdas.

36. O agrupamento de contas representativas dos clientes, abaixo destacado, possui somente uma conta cujo saldo é de natureza devedora. Assinale-a.

- (A) Serviços executados a faturar.
- (B) Ajuste a valor presente.
- (C) Faturamento para entrega futura.
- (D) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

37. Para que seja contabilizada a receita que gera contas a receber, deve-se atentar para as orientações abaixo, EXCETO:

- (A) as partes mais importantes no processo de ganhá-la foram completas.
- (B) existe um custo atribuído pelo mercado.
- (C) há liquidez estimada com relação ao seu recebimento.
- (D) todas as despesas já foram incorridas ou as a incorrer são estimáveis.

38. O critério de regime e controle de estoque que apresenta, quando comparado com os demais, maior estoque final é o

- (A) Preço de venda no varejo.
- (B) PEPS ou FIFO.
- (C) UEPS ou LIFO.
- (D) Média ponderada.

39. Empresa comercial adota controle permanente de estoque. Durante janeiro do ano "X", teve o seguinte movimento em relação à mercadoria "X".

Data	Histórico	Quantidade	Valor
02/01/X0	Compra	10	R\$ 200,00 / Unid
10/01/X0	Compra	20	R\$ 220,00 / Unid
15/01/X0	Venda	25	R\$ 500,00 / Unid

Considerando a inexistência de estoque inicial e a não incidência de impostos nas aquisições e venda. Qual o lucro bruto se a empresa adotar o método LIFO?

- (A) R\$ 7.100,00
- (B) R\$ 7.150,00
- (C) R\$ 7.167,00
- (D) R\$ 7.200,00

40. Uma empresa comercial comprou no período R\$ 24.000,00 em mercadorias. O estoque final inventariado foi no valor de R\$ 20.000,00. O custo da mercadoria vendida foi de R\$ 16.000,00. Considerando não incidência de impostos na compra e na venda, pergunta-se: qual o valor do estoque inicial?

- (A) R\$ 8.000,00
- (B) R\$ 10.000,00
- (C) R\$ 12.000,00
- (D) R\$ 14.000,00

41. Para fins de mensuração dos estoques, a regra utilizada é a de

- (A) Valor justo.
- (B) Valor de Mercado.
- (C) Valor de Custo ou valor realizável líquido; dos dois, o menor.
- (D) Valor do custo histórico.

42. Opção que não corresponde ao correto tratamento dispensado à operação de incentivo fiscal originada de destinação de parte de imposto de renda de empresa tributada na modalidade do Lucro Real:

- (A) pode ser efetuada na declaração de rendimentos.
- (B) as parcelas de incentivos fiscais são recolhidas separadamente do Imposto de Renda.
- (C) mesmo que a intenção da empresa detentora dos títulos seja vendê-los, tais investimentos devem ser classificados no subgrupo investimentos.
- (D) as empresas deverão receber os Certificados de Investimentos (CIs) até 30 de setembro do 2º ano subsequente ao exercício financeiro da opção.

- 43.** Critério de avaliação dos investimentos em títulos patrimoniais de outras sociedades, quando classificados no subgrupo investimentos do Ativo Não Circulante, considerando que essas sociedades não são consideradas coligadas ou controladas (inclusive controladas em conjunto) e que não possuem controle comum, nem pertencem ao mesmo grupo:
- (A) custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas.
 - (B) método do valor justo.
 - (C) lucros ou prejuízos são reconhecidos na investidora, na parte que lhe cabe, conforme vão sendo gerados na investida.
 - (D) valor em uso.
- 44.** Uma entidade econômica recebeu, sob título de doação e sem ônus, um terreno. O procedimento contábil correto será contabilizá-lo
- (A) pelo valor justo, a crédito de receita, no resultado do período.
 - (B) a crédito de receita diferida, se o terreno ou o fato não gerar obrigação a cumprir.
 - (C) como Reserva de capital.
 - (D) como Reserva de incentivo fiscal.
- 45.** Uma empresa possuía ativo reavaliado no ano de 2006 e optou por manter a reserva de reavaliação até sua completa realização. Reconheceu perda por desvalorização desse ativo e posteriormente resolveu reverter essa perda. Essa reversão da perda deve ser reconhecida
- (A) no resultado do período.
 - (B) como conta retificadora do bem reavaliado.
 - (C) no patrimônio líquido, na reserva de reavaliação, até o seu limite.
 - (D) como conta retificadora do patrimônio líquido, dentre as reservas de lucro.
- 46.** Em relação à mensuração de um ativo intangível, é ERRADO afirmar que
- (A) mesmo que o ativo não tenha vida útil definida, ele deve ser amortizado.
 - (B) como regra geral, em caso de ativo intangível, com vida útil definida e para fins de amortização, a entidade deve assumir que o valor residual desse ativo é zero.
 - (C) se há vida útil conhecida, confiavelmente determinada, utiliza-se a abordagem denominada de amortização approach para a amortização.
 - (D) na impossibilidade de ser conhecida a vida útil do bem, utiliza-se a abordagem dos testes de recuperação (Impairment Approach).
- 47.** Se uma empresa está em plena operação e incorreu em gastos com um novo projeto, o reconhecimento contábil correto apresenta-se
- (A) intangível, para ser amortizado no prazo que se espera do projeto.
 - (B) no ativo circulante, despesa antecipada.
 - (C) diferido.
 - (D) como despesas operacionais.
- 48.** Dentre as obrigações abaixo, somente uma não resulta em passivo não circulante. Assinale-a.
- (A) Emissões de debêntures e outros títulos de dívida (bonds, notes e etc.).
 - (B) Imposto de renda diferido para exercícios futuros.
 - (C) Dividendos declarados a serem pagos aos acionistas.
 - (D) Provisão para previdência complementar e outras obrigações de longo prazo.
- 49.** A empresa efetuou empréstimo junto a instituição financeira, operação que gerou encargos financeiros prefixados e que levou a empresa a receber somente o valor líquido. Esse encargo financeiro deverá ser contabilizado
- (A) como despesa operacional do período da ocorrência da operação.
 - (B) como conta redutora da conta empréstimo.
 - (C) como despesa antecipada, no ativo circulante.
 - (D) no resultado, como outras despesas.

50. Uma das alternativas abaixo não está correta em relação ao passivo contingente. Assinale-a.
(A) Caracteriza-se por uma saída de recursos, possível mais não provável.
(B) Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária.
(C) Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno.
(D) Se a probabilidade de saída de recursos for provável e existir estimativa confiável, a obrigação presente requisita uma provisão.

51. Empresa de pequeno e médio porte, segundo prevê a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.41:

- (A) Sociedade anônima de capital fechado.
- (B) Sociedade regulada pelo Banco Central do Brasil.
- (C) Sociedade de grande porte, como definido na Lei nº 11.638/07.
- (D) Sociedade regulada pela Superintendência de Seguros Privados.

52. Segundo a NBC T 19.41 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, o ativo não financeiro cuja avaliação subsequente à inicial se dá pelo menor valor entre o seu custo e o preço de venda estimado menos as despesas de venda é(são) o(s), a)

- (A) Estoque.
- (B) Imobilizado.
- (C) Propriedade para investimento.
- (D) Ativos agrícolas.

53. Tipo de índice das demonstrações contábeis cujo resultado decorre da somatória do ativo circulante, deduzidos os estoques, sendo o resultado dividido pelo total do passivo circulante $(\frac{AC - \text{Estoques}}{PC})$:

- (A) Liquidez absoluta.
- (B) Liquidez seca.
- (C) Liquidez corrente.
- (D) Liquidez geral.

54. Uma entidade econômica em situação líquida superavitária possui o seguinte patrimônio:

Ativo Circulante: R\$ 180,00
Ativo Não Circulante: R\$ 220,00
Passivo Circulante: R\$ 140,00
Passivo Não Circulante: R\$ 60,00

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que representa a garantia de capital de terceiros.

- (A) 0,35
- (B) 0,50
- (C) 0,70
- (D) 1,00

55. Qual o princípio constitucional que a expressão abaixo fere ou afronta o poder do estado de tributar: “Toda vez que uma relação de direito ou de fato é influenciada ou empolgada pela nova norma, como se desde o princípio tivesse estado sob a regência da mesma”.

A expressão acima afronta o poder do estado de tributar e fere o princípio constitucional da

- (A) Anterioridade.
- (B) Irretroatividade.
- (C) Legalidade.
- (D) Capacidade contributiva.

- 56.** Tanto a Lei nº 10.637/02 quanto a Lei nº 10.833/03, que instituíram as contribuições ao PIS e COFINS na modalidade não cumulativa, preservaram para certos setores o regime previsto na Lei nº 9.718/98. O regime previsto para as instituições financeiras e para as empresas cuja atividade é a fabricação e o comércio de bebidas denomina-se
- (A) Substituição tributária.
 - (B) Tributação monofásica.
 - (C) Isenção para certas receitas.
 - (D) Tributação específica.
- 57.** Para efeito de apuração da base de cálculo da contribuição cumulativa devida do PIS/PASEP, podem ser excluídos da receita bruta, quando a tenham integrado, EXCETO:
- (A) Receitas decorrentes de vendas de bens do Ativo Não Circulante – Imobilizado.
 - (B) Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (C) Descontos incondicionais concedidos.
 - (D) Variações cambiais.
- 58.** Em relação aos efeitos fiscais decorrentes da omissão de receitas, no regime de tributação com base no lucro presumido
- (A) a empresa passa automaticamente à tributação na modalidade de Lucro Real.
 - (B) a receita omitida sofre multa de 100%.
 - (C) o montante omitido será computado na determinação do Lucro Presumido, observado o percentual aplicável à receita de cada atividade.
 - (D) empresa com atividade diversificada, não sendo possível identificar a atividade que se refere à receita omitida, esta será adicionada a aquela que corresponder ao percentual médio das atividades.
- 59.** A operação societária entre o Pontofrio e as Casas Bahia, da qual surgiu a empresa Via Varejo, conceitualmente é denominada de
- (A) Incorporação de sociedade.
 - (B) Fusão.
 - (C) Cisão.
 - (D) Transformação.
- 60.** Dentre as provisões abaixo relacionadas, assinale a que não é dedutível na apuração do Lucro Real.
- (A) Riscos fiscais ou eventuais.
 - (B) Férias de empregados.
 - (C) Décimo terceiro salário.
 - (D) Técnicas das companhias de seguro.
- 61.** Exceto uma das alternativas abaixo, a qual você deve assinalar, o artigo 85 da Lei 4.320/64 expressa que a contabilidade aplicada ao setor público, será organizada de modo a permitir:
- (A) determinar os custos dos serviços industriais.
 - (B) analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros.
 - (C) acompanhar a execução orçamentária.
 - (D) contribuir com a formação dos preços dos serviços prestados pelo Estado.
- 62.** A prescrição da dívida fundada é um tipo de variação patrimonial denominado
- (A) Quantitativa com redução no Passivo.
 - (B) Qualitativa com permutação entre Ativo e Passivo.
 - (C) Quantitativa com redução no Ativo.
 - (D) Qualitativa entre um item do Ativo e um item do Passivo.

- 63.** Os ingressos financeiros são de origem orçamentária e extraorçamentária. Um exemplo de ingresso extraorçamentário é o(a)
- (A) Recebimento de cauções em dinheiro.
 - (B) Receita tributária.
 - (C) Receita de juros.
 - (D) Receita de alienação de bens.
- 64.** O artigo 11 da Lei nº 4.320/64 classificou a Receita Orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Constitui exemplo de Receita de Capital:
- (A) Receita de serviços.
 - (B) Receita patrimonial.
 - (C) Amortização de empréstimos.
 - (D) Receita industrial.
- 65.** Despesa pública que, sob o enfoque patrimonial, é independente do orçamento:
- (A) Aluguel.
 - (B) Juros.
 - (C) Passagens aéreas.
 - (D) Provisão para o 13º salário.
- 66.** Assim como acontece na classificação da receita quanto à natureza, as despesas são classificadas em correntes e de capital. Trata-se de um exemplo de despesa corrente:
- (A) o Investimento.
 - (B) os Juros e encargos da dívida.
 - (C) as Inversões financeiras.
 - (D) a Amortização da dívida.
- 67.** O artigo 60 da Lei nº 4.320/64 estabelece vedação à realização de despesas sem prévio empenho. De acordo com o parágrafo 3º do artigo 60 da lei nº 4.320/64, o empenho para as despesas contratuais e outras suspeitas a parcelamento, com valor determinado, classifica-se em
- (A) Global.
 - (B) Ordinário.
 - (C) Por estimativa.
 - (D) Com valor determinado.
- 68.** A dívida do governo que compõe o passivo público cuja origem é extraorçamentária denomina-se
- (A) Fornecedores a pagar.
 - (B) Restos a pagar não processados.
 - (C) Serviços da dívida a pagar.
 - (D) Débito de tesouraria.
- 69.** Princípio do orçamento público que leva ao entendimento desse orçamento como peça documental única, que engloba todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem realizadas em determinado período de tempo, de modo a evitar que a arrecadação e a aplicação de alguns recursos financeiros fujam à competente apreciação e aprovação do poder Legislativo:
- (A) Unidade.
 - (B) Universalidade.
 - (C) Anualidade.
 - (D) Exclusividade.
- 70.** Tipo de variação patrimonial passiva independente da execução orçamentária e que compõe da Demonstração das Variações Patrimoniais:
- (A) Cancelamento da dívida ativa.
 - (B) Doação de bens recebidos.
 - (C) Cancelamento de restos a pagar.
 - (D) Inscrição da dívida ativa.

PROVA DE REDAÇÃO

A questão da transparência na gestão pública é um tema que tem ocupado um espaço cada vez mais importante em diversas esferas da sociedade brasileira. Trata-se de um dos princípios centrais da gestão pública contemporânea e do processo de deliberação democrática, que configura um valioso meio de proteção dos interesses da cidadania.

Valendo-se dos conhecimentos relativos à sua área de formação, escreva um texto dissertativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

A contribuição da contabilidade para a transparência na gestão pública

ORIENTAÇÕES GERAIS

- * O tema sugerido para Redação está relacionado à sua área de estudos. Você deve desenvolvê-lo segundo as orientações dadas no comando.
- * Sua redação deve ter no mínimo 30 (trinta) e no máximo 50 (cinquenta) linhas.
- * Textos em versos e textos escritos a lápis serão desconsiderados.
- * No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO: SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO TEMA, SUA REDAÇÃO SERÁ ANULADA.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

RASCUNHO